



FACULDADE CALAFIORI

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

**A INFLUÊNCIA DO GESTOR DIANTE DO
DESENVOLVIMENTO ESCOLAR A PARTIR DA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

AUTORA: MARILURDES CRISTINA DE OLIVEIRA BARBOSA

ORIENTADORA: ELAINY CRISTINA DOS SANTOS LISBÔA

São Sebastião do Paraíso – MG

2010

A INFLUÊNCIA DO GESTOR DIANTE DO DESENVOLVIMENTO ESCOLAR A PARTIR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

MARILURDES C. DE OLIVEIRA BARBOSA

Monografia apresentada à Faculdade Calafiori, como parte dos requisitos para obtenção do título de Pós-Graduação em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof^a Elaine Cristina dos Santos
Lisbôa

São Sebastião do Paraíso – MG

2010

A influência do gestor diante do desenvolvimento escolar a partir da Educação Infantil

CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

Avaliação: ()_____

Professor(a) Orientador(a)

Professor(a) Avaliador(a) da Banca

Professor(a) Avaliador(a) da Banca

São Sebastião do Paraíso – MG

2010

“Brincar com as crianças não é perder tempo, é ganhá-lo; se é triste ver meninos sem escola, mais triste ainda é vê-los sentados enfileirados em salas sem ar, com exercícios estéreis, sem valor para a formação do homem.”

Carlos Drummond de Andrade

DEDICATÓRIA

À minha mãe Marilene Campolongo de Oliveira que em vida, quis que eu concluísse os meus estudos incentivando e apoiando, com muita dedicação, amor e carinho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que constantemente me fortalece dando-me ânimo, coragem e determinação para enfrentar os momentos alegres e difíceis com humildade, especialmente vivenciados quando a realização deste trabalho.

À minha mãe Marilena que hoje junto a Deus me incentivou e acreditou sempre no meu sucesso e mesmo longe fisicamente, nunca me abandonou espiritualmente. Amo-te.

Ao meu esposo Adilson por compreender a minha ausência do convívio do lar para dedicar-me aos estudos.

Às minhas filhas Ingrid e Isadora que foi um presente de Deus no momento mais decisivo de minha vida acadêmica.

À minha tia Mariluce que em um momento de dificuldade me ajudou com carinho e amor de mãe.

À minha amiga Gisele que com paciência me incentivou neste trabalho de conclusão de curso.

À minha orientadora e professora Elaine que direta e indiretamente contribuiu para o meu aprendizado, através de sua confiança, conhecimento e credibilidade

SUMÁRIO

RESUMO

INTRODUÇÃO.....	7
1 - CAPÍTULO I AS MUDANÇAS OCORRIDAS NA EDUCAÇÃO: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE.....	9
1.1 Reflexão sobre a prática docente e aquelas propostas viáveis à melhoria e enriquecimento do processo do ensino e aprendizagem.....	15
2 - CAPÍTULO II DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO DA CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS E AS HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS.....	20
2.1 O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e a didática da educação infantil.....	24
2.2 Literatura infantil.....	26
2.3 Brincadeiras.....	26
2.4 O trabalho pessoal.....	27
2.5 Interação.....	27
2.6 Letramento e alfabetização.....	28
3 - CAPÍTULO III A IMPORTÂNCIA E A INFLUÊNCIA DO GESTOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	29
3.1 Educação Infantil, prioridade imprescindível.....	30
3.2 A responsabilidade do gestor na educação infantil.....	33
3.3 A formação continuada.....	35
3.4 Liderança.....	38
3.5 Gestão democrática da educação.....	39
3.6 Conselho Escolar.....	42
3.7 Projeto Político Pedagógico.....	44
CONCLUSÃO.....	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	47
ANEXO A Metodologia da pesquisa.....	51
ANEXO B Modelo do questionário.....	52
ANEXO C Conclusão da pesquisa.....	53
ANEXO D Coleta de dados.....	54

INTRODUÇÃO

A educação é o instrumento que pode transformar o indivíduo em um cidadão crítico, responsável, digno, empreendedor e participativo dentro do processo social.

Sendo a Educação e Infantil a etapa que representa o início da vida escolar da criança, ela tem um papel de relevante importância, pois desde cedo pode promover ações de desenvolvimento e construção do ser pessoa através de interações e atividades adequadas a faixa etária de zero a seis anos. Há necessidade de se vencer a distância entre a realidade da escola e o contexto social, visto a formação docente acompanhada de treinamentos e formação continuada está sendo implantada de diversas formas, revelando um constante entre os recursos despendidos para esta formação e a pouca alteração na prática docente e aprendizagem do aluno.

A formação continuada, numa educação em serviço é prática social, dever do Estado e Direito dos profissionais, passando também pelas instituições particulares de ensino.

Para valorizar os conhecimentos que as crianças possuem garantindo a aquisição, é necessário que o profissional reconheça as características da infância e as novas descobertas científicas.

A formação continuada precisa salientar a dimensão cultural da vida das crianças e adultos, de maneira que elas aprendam com a história vivida pelos mais velhos e estes vejam a mesma como sujeito histórico, social e cultural.

No primeiro capítulo falou-se sobre o direcionamento do educando à reflexão para opinar, questionar, posicionar, resolver os problemas, tomar decisões, trabalhar em grupo e usar recursos disponíveis de modo adequado.

No segundo capítulo destacou-se as fases do desenvolvimento do aluno, suas aptidões, seus direitos, suas habilidades e suas experiências individuais; é importante que os educadores procurem estabelecer uma relação direta e produtiva com a criança. Não devemos subestimar a capacidade de aprendizagem da criança.

No terceiro capítulo abordou-se a influência do gestor na educação infantil concluindo que a criança espelha com quem convive.

CAPÍTULO I – AS MUDANÇAS OCORRIDAS NA EDUCAÇÃO: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE

A escola a cada dia convive com situações novas que há algum tempo atrás eram impensáveis no cotidiano do trabalho pedagógico: uso de drogas, a violência, a desarmonia familiar, etc.

Faz-se necessário não só trabalhar com as crianças os processos cognitivos, mas todos os aspectos relacionados com a afetividade, com a formação da cidadania, a ética, com auto-estima, entre outros.

Importa também ressaltar atividades que desenvolvam em um grupo a integração, a reflexão, a desinibição, a diversão, promovam o conhecimento, incitam a aprendizagem e aumentam a auto-estima.

Procurei nesse trabalho abordar os aspectos relativos à função social do Educador Infantil na construção do futuro cidadão, no qual o aprender depende de três fatores:

- Querer aprender. O conhecimento que o professor pretende transmitir precisa ter algum significado para o aluno.
- Possuir as condições físicas, emocionais necessárias ao aprendizado.
- Disposição para o esforço necessário ao aprender.

Dentro desta perspectiva, o professor deve ser um facilitador da aprendizagem. Não mais aquele que ensina, mas aquele que fortalece as asas, para que o aluno possa voar. O educando deve ser direcionado à reflexão para opinar,

questionar, posicionar, resolver os problemas, tomar decisões, trabalhar em grupo e usar recursos disponíveis de modo adequado. Deve ser educado para atuar na sociedade e ser feliz, além de estar devidamente preparado para o exercício real da cidadania. A condição essencial para que um aluno tenha bons resultados, é a recíproca confiança entre educador e educando.

Para Deveres (1998) a nossa função no processo de educação na conexão com nossos filhos, deve ser a de exatamente fazer com que eles aparentem frutos em sua existência como sabedoria e conhecimento, porque um ser humano deve ser consciente da sua realidade interior.

É importante que formemos nossos educandos para que eles conheçam, a si mesmo, se analisem a cada dia e tenham percepção da realidade. A vida oferece à existência humana uma nova criatura, mas, uma criatura com percepção, consciente de sua própria realidade. A educação dá vida e, se educarmos nossos filhos com sabedoria, em conhecimento, em fala eloquentes, se os colocarmos na melhores escolas, se eles tiverem acesso ao que há de mais moderno em educação, em treinamento, em informação e deixarmos de dar a eles capacidade para percepção, nada adiantará.

A razão pela qual necessitamos de conhecimentos, é que, sua falta resulta na perda dos valores éticos e morais essenciais a qualquer ser humano.

Somos humanos, falhos, falíveis, erramos, isto faz parte do nosso processo de aprendizado.

Devemos dar exemplo e dialogar com nossas crianças, não há melhor forma de educação, melhor processo de se transmitir o que quer seja, senão pelo exemplo.

Existe um modelo de educação adequado aos tempos atuais que deve necessariamente obedecer a certos parâmetros e princípios.

Há uma chave, há uma solução para diferentes desafios da humanidade.

O homem é como uma mina rica em jóia de inestimável valor. A educação tão somente pode fazê-la revelar os seus tesouros e habilitar a humanidade a tirar dela algum benefício. (MIZUKAMI, 1996)

Cada um de nós tem um potencial individual e temos de procurar revelá-los através de conhecimentos adquiridos.

Existe várias forma de educar, mas particularmente a educação vem mais forte quando sai de dentro de casa para depois se mostrar na escola, é a conexão entre pais e filhos.

Hoje em dia, infelizmente os pais têm certa tendência de querer colocar nas mãos da escola o processo de educação dos filhos, Trabalham o dia inteiro, tem muitos afazeres, mais o que fazer na vida, não tem tempo informação, não tem instrução nesta área, então, a escola deve educar os filhos.

Na realidade é esta conexão entre pais e filhos que cria o verdadeiro elemento extrator das potencialidades daquela mina.

O objetivo da educação está entre pais e filhos, pois buscam um novo modelo, que deve ser o de revelar as perfeições interiores e exteriores que cada criança, adolescente ou jovem tem.

Como educadores que somos, temos de repensar nas atitudes tomadas tanto como os pais que somos, uma vez que, se começarmos as mudanças das concepções deve partir de dentro dos nossos lares, certamente quando nosso educadores ou educando chegarem em nossa sala de aula o desenvolvimento será bem maior.

A grande escola na realidade é a escola que ajuda nas ações. Devemos juntar as diferenças etapas do processo de educar, assim sendo conseguiremos propor um novo modelo de relacionamento entre pais e filhos e educadores. Um novo modelo em que, a educação não exista como uma coisa de cima para baixo.

Sentida com uma prepotência de pais que não instruem seus filhos, mas de aprendizagem que caminham de forma conjunta.

A arte de educar requer compromisso envolvendo todos na concepção, no desenvolvimento e na avaliação das ações escolares.

Por meio de intervenção pedagógica é necessário que se promovam aprendizagem significativa que levam a inserção do aluno no dia-a-dia das questões sócio, políticas e economia destacando valores éticos, num universo cultural maior.

Não há dúvidas de que a eficiência do processo ensino e aprendizagem devam ficar acima de todos os objetivos da escola. Escola deve trabalhar os conteúdos básicos e comunidades. Segundo Gadotti (2000) a tendência

predominante na abordagem de conteúdos na educação escolar se assenta no binômico: Transmissão-incorporação.

Considerando a incorporação de conteúdos pelos alunos como a finalidade essencial do ensino. Existem, no entanto outros posicionamentos: Há quem defenda a posição de indiferença em relação aos conteúdos por considerá-los somente como suporte ao desenvolvimento cognitivo dos alunos e há ainda quem acuse a determinação prévia de conteúdos como uma frente às questões sociais e políticas vivenciadas pelos diversos grupos.

Qualquer que seja a linha pedagógica, professores e alunos trabalham, necessariamente com conteúdos. O que diferencia as propostas é a função que se atribui aos conteúdos no contexto escolar, em decorrência disso, as diferentes concepções quanto à maneira como devem ser dados assumem papel central, uma vez que é por meio deles que os propósitos da escola são operacionalizados, ou seja, manifestados em ações pedagógicas.

Por melhor que seja uma escola, e por mais bem preparados que estejam seus educadores a criança necessita urgentemente de uma base familiar concreta e participativa.

Para Coll (1994) se cada um cumprir seu papel, pais, professores e alunos, certamente nossos futuros cidadãos serão cada vez mais críticos, independentes e terão pela consciência dos significados das palavras como, tolerância, gratidão.

Não é fácil definir um papel para educação, sociedade e escola no contexto sócio cultural atual, porque a escola transformou-se em família escola. Atualmente não existe uma separação, os papéis ao mesmo tempo trocados, estão certos, pais fazem papel de professores e vice-versa.

Isso é o chamado profissionalismo docente “paternalizado” e um paternalismo “escolarizado” com vários limites e percepções confusas.

Essas mudanças são aceitas, assumidas, defendidas de forma e medida muito desigual por diferentes tipos de pais e professores.

Não são tendências claras, pois a heterogeneidade cultural dos pais e o profissionalismo dos docentes percebem-nas de formas diferentes. Nesta circunstância, a criança, ficou presa ao triângulo formado pelo Estado, os pais e os

profissionais do ensino. As forças que operam em cada um dos lados representam um equilíbrio instável que pode fazer com que o triângulo adote formas diversas dependendo dos casos: situações onde o vértice do Estado toma mais conta do campo, situações nas quais os pais se consideram mais legítimos possuidores dos direitos sobre a criança, aspectos nos quais os professores são os chamados a exercer com maior independência as iniciativas em relação aos alunos.

São pais com poucos privilégios sociais aos quais, em primeiro lugar, lhes são aplicadas medidas coercitivas para levar seus filhos às escolas. A divisão que equilibra as responsabilidades conferidas a pais e professores na educação da infância e da juventude é produto no qual se misturam influências da biologia, da cultura e da pressão política (WYNESS, 1996).

Nem a família, nem as organizações não governamentais e nem a iniciativa privada puderam encarregar-se de transformações tão extensas. A iniciativa pública, e não a privada, é a que podia abordar a escolarização para todos. A socialização fora do âmbito familiar tem sido competência da organização política da sociedade, que era a única capaz de garantir a assistência generalizada e os direitos do cidadão que não podiam ser satisfeitos pelos pais.

Educar nos dias em que vivemos, torna heróis os que exercem o magistério, porque buscam educar num ambiente em que procuram deseducar.

Segundo Eugênio Mussak(1995), “educar é ensinar a pensar”. Vivemos, sim, novos tempos. Talvez a “Era de conhecimento” seja uma metáfora exagerada, mas com certeza vivemos uma sociedade que privilegia o conhecimento. Quando, no período pós segunda guerra mundial, a tecnologia da informação começou a transformar a sociedade, teve início um período que viria a nos intoxicar e criar um novo tipo de ansiedade, a de decidir pela informação que aceitaríamos, dentro de um manancial quase inesgotável.

Conhecimento não é informação, é transmissão de informação. Conhecimento é mais, é a informação interpretada, codificada, transformada, ampliada e assimilada. Conhecimento não se transfere se constrói.

Hoje, em pleno século XXI estamos buscamos entender a lógica que nos mantém ativos. A sociedade que construímos resolveu transformar a escola na

única responsável pela educação da juventude. A família quer trabalhar, a televisão quer vender, a Igreja quer moralizar e a política quer politizar...

E o Educador quer educar, mas até agora sabíamos que a escola é a coadjuvante principal da educação, mas que precisa e depende de parcerias.

O aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e o aprender a ser, não conseguem completar-se a não ser na consciência de um ser múltiplo, fruto de um ambiente múltiplo, em que cada parcela comparece com sua porção. A escola faz sua parte, os professores mais ainda, pois ao educar se opõem, a ventos que deseducam. Ventos que trazem o cheiro da cultura de massa que aliena. O que se deve fazer é soprar em contrário.

Se a educação na era industrial foi um fator de crescimento individual e de ascensão social, na era do conhecimento, ela está se tornando cada vez mais um fator de inclusão social.

A educação pulsa no coração de cada um dos princípios, que constituem o paradigma do desenvolvimento humano. À medida que este paradigma for afirmando, a educação deixará de ser vista como política setorial, para ser assumida pelas nações como uma política estratégica da qual dependerá cada vez mais o desenvolvimento econômico, social e político dos povos no século XXI.

É preciso mais eficácia ao se firmar compromissos tanto com educadores quanto com educandos, pois a expectativa que se faz, está na educação. Espera-se muito dos professores e das escolas, muitas vezes deixando toda responsabilidade em cima dos mesmos.

Nossas crianças estão muito mal preparadas para a vida e para a sociedade, abandonaram-se os princípios, valores e limites, e sendo assim é quase impossível se formar cidadãos responsáveis e humanos.

O nosso Estatuto da Criança e do Adolescente muitas vezes é mal interpretado, mas na verdade ele é mal aplicado.

Espera-se que o sistema educacional seja medidor para que perpetue as crenças e culturas apesar de ensinar a ciência e a tecnologia. Tendo o devido cuidado para não se perder as relações humanas.

1.1 Reflexão sobre a prática docente e as propostas viáveis à melhoria e enriquecimento do processo ensino e aprendizagem

A construção dos conhecimentos, competências e habilidades, principalmente a prática educativa, indiscutivelmente depende dos atores do processo ensino e aprendizagem, que são os principais elementos para que ao final se tenha um trabalho satisfatório e educativo.

O professor é o consultor, articulador, mediador, orientador, especialista e facilitador do processo em desenvolvimento pelo aluno.

O aluno aprendendo a viver em sociedade passa a ser o principal alvo da educação, pois a eficácia do processo ensino aprendizagem está no modo como o indivíduo se comporta na sociedade da qual faz parte.

Nesse ponto, professores, alunos, comunidade, direção partem de um ponto principal que é a mudança pessoal e profissional. Partindo daí a reflexão sobre a mudança da escola para uma escola, que incentive a imaginação criativa, favoreça a iniciativa, a espontaneidade, o questionamento e a inventividade. Promova e vivencie a cooperação, o diálogo, a partilha e a solidariedade. Essa característica de partilha favorece o necessário compromisso do sujeito que aprende com sua própria aprendizagem, do sujeito que ensina com a sua aprendizagem e que acaba aprendendo com o seu aluno. Esse envolvimento de professores, alunos, comunidade, direção é necessário, pois sendo assim envolvem-se também conceitos, atitudes, valores e procedimentos, favorecendo o desenvolvimento de capacidades física, ética, estética, afetiva, intelectual, de relação e inserção social e o embasamento em princípios éticos como: respeito, diálogo, justiça e solidariedade.

Diante das rápidas mudanças na sociedade, na tecnologia e na economia, muitos profissionais têm muitas inseguranças em relação ao rumo a ser tomados.

O educador muitas vezes fica “parado no tempo”, pensando a educação como uma forma antiga, radical, sem modificações. Para esse educador o futuro não é promissor, já que na maioria das escolas querem profissionais ativos, dinâmicos e inovadores, mais que um transmissor do conhecimento, deve ser um animador.

Muitos são apaixonados pelo que fazem, acreditam na profissão, pois, conhecer, aprender e ensinar são ações apaixonantes.

Diante do desejo de buscar novas soluções na perspectiva de mostrar que a mudança é necessária, é preciso que se ofereçam estratégias e se mostre novos rumos a seguir, na esperança de cada vez mais dar oportunidade de exposição de novas idéias, novas maneiras de tornar os educandos, mais interessados pelo aprender tão necessário às suas vidas.

A globalização está mudando o mundo, e não é diferente com a educação que juntamente com a importância da interdisciplinariedade torna-se um fator essencial para o seu desenvolvimento.

O dialogar é um dos pontos mais comuns na educação atual, pois, acredita-se muito no diálogo como arma para combater o que afeta muitos de nossos jovens.

O planejamento é outro fator importante na mudança, pois, com ele surgem todos os rumos a seguir seguramente diante de tantas modificações que são inerentes a educação.

Com todas as transformações atuais sofridas pelo mundo, o educador torna-se um receptor de informações e tem a obrigação de assimilá-lo, familiarizar-se com assuntos desconhecidos e transmiti-los a seus alunos da melhor maneira possível.

Antunes (2004), afirma que o professor tem de ser crítico-reflexivo, mas consciente, pois a era é de informação, o desenvolvimento de novas tecnologias permite o contato entre pessoas, mesmo que estejam fisicamente distantes, acarretando mudanças nas formas como se interagem. Dentre os recursos que permitem esse contato destacam-se: correio eletrônico, listas de discussão ou fóruns (formadas por pessoas e grupos que têm como objetivo a discussão de um determinado assunto), chat (interface gráfico que possibilita conversa com diversas pessoas ao mesmo tempo), videoconferência (conferências que envolvem usuários fisicamente distantes, podendo envolver a transmissão e o recebimento de texto, som e imagem).

Os textos produzidos e publicados na internet diferem dos textos publicados tradicionalmente, por serem escritos de forma mais aberta, conectada, utilizando diversas maneiras, aproximando texto e imagem, e associando-os ao contexto, permitindo a intervenção direta do usuário, que poderá levantar hipóteses, realizar inferências e seguir os “caminhos” que julgar pertinentes. Na produção de sentidos, a importância da clareza e da concisão ganham uma nova dimensão, em virtude da

quantidade de informação veiculada, e da necessidade de se veicular informações de interesse relevante, ou seja, é primordial o fator da informatividade. Ao mesmo tempo, essa grande variedade de informações obriga o receptor a adquirir novas habilidades de leitura.

Faz-se necessária, assim, uma análise do alcance das novas tecnologias na linguagem, já que elas próprias trazem outras linguagens, outros códigos que funcionam com a linguagem verbal, e novos conceitos como interação, interface, hipertexto, que exigem a reformulação de conceitos lingüísticos tradicionais.

A partir das inovações tecnológicas, surgem novos questionamentos. É preciso saber como essa nova forma de organizar as informações podem incutir novos hábitos de pensamento nos receptores dessa informação- pela confluência de diversas mídias, pela conjunção de imagens, e, conseqüentemente, pela recreação de significados- assim como a criação de interfaces mais amigáveis, que valorizam o aspecto visual, são relacionadas á produção da informação, construindo linguagens capazes de tornar o acesso ao conhecimento uma atividade intuitiva e permitindo a aquisição e saberes e competências.

Depois de apreendermos a efetiva influência das novas tecnologias, poderemos traçar propostas e planos para sua efetiva aplicação ao processo ensino e aprendizagem, em nível interdisciplinar, e, especialmente, ao ensino. As mesmas noções já mencionadas poderão ser discutidas, portanto, sob a ótica educacional, enfocando sua aplicação ao setor educacional, seja pela diminuição de custos, com o ensino a distância, pela possibilidade de acesso a informações atualizadas, pelo intercâmbio e veiculação de idéias, e, o mais importante, pelo exercício de novas habilidades críticas que permitem uma formação ampla num contexto atual.

Para os educadores mais novos, que têm por natureza uma visão menos radicalizada da educação, a inovação na educação e na maneira de ensinar é um desafio bom e que só trará benefícios tanto a educadores quanto a educandos, que irão cada vez mais aprender com esse uso de aparatos tecnológicos na educação, tornando-a por prazer, tanto de ensinar como de aprender.

Com maior estímulo, todo educador se integra no processo de ensino e aprendizagem e nunca deixa as dificuldades o atropelarem na sua prática cotidiana.

O ensino proposto pela LDB (Lei de Diretrizes e Base Nacional) 1996, está em função do objetivo maior do Ensino Fundamental, que é o de propiciar a todos a formação básica para a cidadania, em que a escola deve proporcionar condições de aprendizagem para:

1º – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

2º – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

3º- O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos, habilidades e a formação de atitudes e valores;

4º - O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta e a vida social “(ART 32)”.

O profissional da educação deve ter aptidões, capacidades e habilidades especificadas para exercer atividades e atuar em todos os espaços e ambientes da educação, formal ou não formal, dominar os conteúdos disciplinares das áreas de sua escolha e as respectivas didáticas e metodologia, com vistas a conceber, construir e administrar situações de aprendizagem e de ensino. Utilizar as ciências humanas e sociais bem como os conhecimentos das ciências da natureza e as tecnologias como referências e instrumentos para o ensino formal e para a condução de situações educativas em geral.

Outra questão que deve ser abordado é a atuação no planejamento, organização e gestão dos sistemas de ensino, nas esferas administrativas e pedagógicas, com competência técnicas científica, com sensibilidade ética e compromisso com a democratização das relações sociais na instituição escolar e fora dela; ser capaz de estabelecer um diálogo entre a área em que atua e as demais áreas do conhecimento das ciências humanas e sociais, da natureza e das tecnologias relacionando o conhecimento científico e a realidade social, conduzindo e aprimorando suas práticas educativas e propiciando aos seus alunos a percepção da abrangência dessas relações:

1 - Contribuir com o desenvolvimento do projeto pedagógico da instituição em que atua, realizando o trabalho pedagógico de maneira coletiva e solidária,

interdisciplinar e investigativa, desenvolvendo saberes educacionais, a partir das questões vividas na prática educativa;

2 - Exercer um papel catalisador do processo educativo, possibilitando a articulação dos sujeitos escolares entre si e destes com o movimento sócio culturais da comunidade, em geral, assim como contribuir com a construção e organização coletiva de sua categoria profissional. Realizar o trabalho pedagógico de maneira coletiva, interdisciplinar e investigativa, desenvolvendo saberes educacionais, a partir de questões vividas na prática educativa;

3 - Exercer liderança pedagógica e intelectual, articulando-se nos movimentos sócio culturais da comunidade, em geral, assim como especificamente em sua categoria profissional; Desenvolver pesquisas no campo teórico-investigativo da educação e especificamente da docência, podendo dar continuidade, como pesquisador, à sua formação.

É necessário resignificar o ensino para avançar nas reformas das políticas da educação, a fim de sintonizá-las com as formas contemporâneas de conviver, relacionar-se com a natureza, construir e reconstruir as instituições sociais, produzir e destruir bens, serviços, informações e conhecimentos e tecnologias, sintonizando-o com as formas contemporâneas de viver e de ser. (PARECER CP/CNE nº 009/2001).

A qualidade em educação consiste no desenvolvimento de ações que promova a formação integral do educador/educando, numa visão holística, comprometido com a construção da cidadania, capaz de desenvolver uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos, dos deveres e responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva e ambiental.

Ética, respeito mútuo, dignidade, justiça, diálogo e solidariedade, entre outros, são valores que devem permear toda a prática docente e cada vez mais, com o passar do tempo o aperçoamento de seus conhecimentos deixarão marcas eternas e importantes tanto em educadores, quanto em educandos.

CAPÍTULO II - DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO DA CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS E AS HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

É evidente a importância das ligações afetivas na formação da personalidade de todo indivíduo. Partindo das relações que a criança vai estabelecendo com os adultos em seu ambiente, vão se desenvolvendo os padrões afetivos. Essas reações fornecem um suporte que permite a criança explorar o ambiente, o que envolve a afetividade e a emoção, como elemento básico. Cabe aos pais e professores entendê-las e apoiá-las orientando-as sempre, para que haja assim, uma melhor expressão afetiva, particularmente, nos primeiros anos de vida. Cabe a escola esforçar-se para oferecer um ambiente estável e seguro facilitador da aprendizagem.

Os professores devem, assim, compreender o desenvolvimento afetivo e o seu papel na aprendizagem.

O desenvolvimento motor é o resultado da maturação de certos tecidos nervosos, aumento em tamanho e complexidade do sistema nervoso central, crescimento dos ossos e músculos, portanto, são comportamentos não-aprendidos que surgem espontaneamente, desde que a criança tenha condições adequadas para exercitar-se. Somente em casos de extrema privação ou de algum tipo de distúrbio ou doença, esses comportamentos não se desenvolverão.

Durante o primeiro ano, a rapidez do desenvolvimento da criança é extraordinária. Ao nascer o bebê conta apenas com os reflexos hereditários, no entanto, ao final do primeiro ano, entre outros comportamentos, será capaz de colocar-se na posição de pé e caminhar alguns passos sem apoio, compreender o significado de várias palavras, obedecer ordens simples; como Não, Vem, tchau, etc.

A separação do desenvolvimento da criança em aspectos ou áreas é apenas didática. Desenvolvimento é um processo que acompanha o homem através de toda a sua existência, abrange aspectos fisiológicos, psicológicos e ambientais contínuos e estão estritamente relacionados:

- As Fases do Desenvolvimento da Inteligência e do Pensamento da Criança Segundo Piaget.
- Fase Sensório Motor (0 a 2 anos)

A partir de reflexos neurológicos básicos, o bebê começa a construir esquemas de ação para assimilar mentalmente o meio. A inteligência é prática. As noções de espaço e tempo são construídas pela ação. O contato com o meio é direto e imediato, sem representação ou pensamento. De acordo com Piaget, durante este estágio o bebê responde ao mundo quase inteiramente através dos esquemas sensório motor, funciona no presente imediato, respondendo aos estímulos presentes, não planeja nem intenciona, e não tem nenhuma representação interna de objetos.

Exemplos:

O bebê pega o que está em sua mão; “mama” o que é posto em sua boca; “vê” o que está diante de si. Aprimorando esses esquemas, é capaz de ver um objeto, pegá-lo e levá-lo a boca.

- Pré Operatório (02 a 07 anos)

Também chamado de estágio da inteligência Simbólica. Caracteriza-se, principalmente, pela interiorização de esquemas de ação construídos no estágio anterior (sensório-motor). Segundo Piaget, havia evidências do uso de símbolos em muitos aspectos do comportamento da criança.

As crianças dessa idade começam a fazer de conta em suas brincadeiras; por exemplo:

O brincar de faz-de-conta também começa mais ou menos nessa época. O primeiro sinal desse faz-de-conta normalmente é algo como a criança usar uma colher de brinquedo para “alimentar-se” ou um pente de brinquedo para pentear seu cabelo.

Os brinquedos ainda são usados para seus objetos reais ou típicos (colher para comer) e as ações ainda estão orientadas para o Self, mas o faz-de-conta está envolvido. Entre aos 15 e 21 meses, ocorre uma mudança, o receptor da ação de faz-de-conta agora passa a ser uma outra pessoa ou brinquedo, geralmente uma boneca. A criança ainda usa os objetos para seus propósitos usuais (como beber de uma xícara), mas agora ela usa a xícara com uma boneca, e não com ela mesma. As bonecas são brinquedos especialmente bons para esse tipo de faz-de-conta, deixar de fazer coisas para si mesma e passar a fazê-las para uma boneca. Portanto, as crianças alimentam imaginariamente as bonecas, penteiam seu cabelo, acalmam-nas.

Depois de entendermos todas as mudanças e aprendizados que a criança adquire, temos de saber lidar com todas essas etapas não nos esquecendo de que ser criança é transformar-se como um passe de mágica e cada experiência vivida produz mudança em sua mente, independentemente de sua vontade. Todas diferem entre si, sendo cada uma parecida somente consigo própria, sua individualidade é moldada pelas influências da hereditariedade e do ambiente em que vive e seu desenvolvimento passa por várias fases, cada uma delas superada significa uma aprendizagem nova. A criança é um ser humano inteligente que anseia descobrir...

Não devemos nos esquecer das condições de higiene, cuidados com a alimentação e com as necessidades básicas das crianças, como afeto, atenção, cuidados.

A criança é por natureza muito curiosa, desejando compreender o mundo e a si mesmo.

Nesse momento, nos perguntamos como a criança consegue tudo isso, e a resposta para essa pergunta, somos nós, educadores que oferecemos, pois depende de nós mostrarmos a ela que o mundo está repleto de mistérios atraentes, grandes e pequenos, duros e moles, coloridos e sonoros... Tudo é novo, fascinante e divertido; é como um gigantesco “ Parque de diversões”.

E o que acontece com a mãozinha que se estende para o novo, que toca, explora e experimenta? Seus dedos aprendem a se flexionar e descontraír, e seus músculos se tornam mais fortes. Mãos e olhos aprendem a trabalhar em conjunto, e sua pele envia mensagens ao cérebro, que por sua vez está armazenando uma

“biblioteca” de sensações. Mais tarde, tais sensações serão associadas a palavras como: áspero, frio, picante, quente... Porém, não é apenas o sentido do tato que está sendo trabalhado e desenvolvido. Outros sentidos também, como audição e olfato - O som do objeto, seu cheiro, textura e cores, tudo vai sendo registrado.

Brincadeiras com massa de modelar estimulam o Controle da força muscular; aquisição de conceito da constância da massa; Criatividade, a massa de modelar tem cheiro particular, sua manipulação produz ruídos peculiares. Os olhos observam o que acontece, e as mãos manipulam. Com isso, a criança também aprende a se concentrar, desenvolvendo a memória e adquirindo linguagem.

Antunes (2004), afirma que quando a criança encontra um novo objeto, ela o explora olhando, tocando, sentindo-o até experimentando com a boca, ouve os ruídos que o objeto faz e às vezes joga ao chão, tudo isso é uma tentativa de descobrir sozinho as coisas que fazem parte do mundo que a cerca e assim, vai pouco a pouco descobrindo o mundo e desenvolvendo suas potencialidades...

Somente a experiência permite segurança.

Tudo que ela precisa é de estimulação e orientação.

Depois da exploração, a expressão da criança deixa de ser de perplexidade.

Através do brincar, ela vai desenvolvendo habilidades, compreendendo como funcionam os diversos materiais, vão ampliando sua visão de mundo e aprende brincando.

Brincar é a maneira pela qual a criança aprende o que ninguém pode ensiná-la. A brincadeira desenvolve um elemento emocional de prazer. Porém, pode aliviar ou gerar tensões e excitação. Conhecer o mundo e a si mesma é uma atividade a ser feita em tempo integral.

As ideias das crianças se formam a partir daquilo que vê, ouve e faz!

A criança sente prazer em explorar, manipular, encaixar, construir... Tudo está sendo registrado no cérebro, as cores desses objetos, o seu cheiro, a sua forma, a sua consistência... Dando segurança, faz aprender a conhecer o mundo e principalmente a si mesma.

Não necessitando de muitos brinquedos que necessita para brincar!

O poder da imaginação e criatividade é praticamente ilimitado. Primeiro ela observa, imita, experimenta, inventa... E assim descobre, compreende papéis do adulto, aprende a comportar-se e sentir-se como eles.

Para Celso Antunes (2004), brincar favorece a auto-estima, a interação com seus pares e, sobretudo, a linguagem interrogativa, propiciando situações de aprendizagem que desafiam seus saberes estabelecidos utilizam-se destes elementos para novos esquemas de cognição. Através do jogo simbólico a criança aprende a agir e desenvolve autonomia que possibilita descobertas e anima a exploração, a experiência e a criatividade.

O desenvolvimento mental da criança, antes dos seis anos de idade, segundo Piaget, pode ser sensivelmente estimulado. A brincadeira representa tanto uma atividade cognitiva quanto social e através das mesmas as crianças exercitam suas habilidades físicas, crescem cognitivamente e aprendem a interagir com outras crianças. Nessa fase, são muito valiosos os estímulos, se devidamente estimulados, as crianças podem compreender os conceitos simples, preparando-os para os conflitos.

Considerando as fases do desenvolvimento do aluno, suas aptidões, seus direitos, suas habilidades e suas experiências individuais, é importante que nós educadores, procuremos estabelecer uma relação direta e produtiva com o mesmo.

2.1 O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e a didática da educação infantil

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil procura:

Direcionar um ensino de qualidade que contribua para que as crianças tenham um desenvolvimento integral, tornando-as capazes de crescerem como cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres.

- Com uma proposta pedagógica adequada a cada nível, a escola e o professor devem procurar facilitar e incentivar as atividades coletivas e o prazer em aprender brincando de forma lógica e objetiva. Também no que se refere ao desenvolvimento social, os valores são elementos fundamentais para a

preparação do nosso educando para uma vida social e profissional mais consciente.

- Partindo das brincadeiras, devemos mostrar que brincando, descobrem a melhor maneira e a mais simples fórmula de aprender. Os alunos devem ser levados a construir sua identidade e desenvolver sua criatividade e seu potencial. O teatro, a música e a dança também devem estar presentes no cotidiano dos alunos, tornando seu desenvolvimento mais completo.

O conforto e a segurança com os alunos são constantes e uma das etapas mais importantes para o desenvolvimento da criança nessa primeira fase é o cuidado, onde ele (o aluno) se socializa.

Tornando um ambiente mais adequado e próximo ao dia-a-dia dos alunos, deve-se fazer com que o conteúdo lançado seja uma brincadeira constante. De forma lúdica, as crianças se desenvolvem naturalmente com habilidades em todas as áreas, tornando assim mais prazeroso o seu aprendizado.

A visão do aluno como ser: social, histórico, agente ativo do processo de construção do conhecimento. As atividades devem ter sempre um caráter lúdico, dinâmico, criativo, desafiador e interdisciplinar. A interação social, a autonomia, a responsabilidade e a curiosidade são essenciais para a formação de cidadãos comprometidos, por isso é importante a atenção pessoal a cada aluno.

As crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem. “O conhecimento não se constitui em cópia da realidade, mas sim, fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação”. (Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil pág. 21)

O professor é o estimulador, mediador e facilitador no processo de aprendizagem, deixou de ser o centro do processo. Sabe-se que a aprendizagem é produto da construção do aluno. Tem como centro de sua preocupação criar neste aluno um vínculo positivo como saber, para que descubra o prazer em aprender sempre mais. Ciente da importância de sua formação permanente está sempre buscando, é inquieto, tem mentalidade aberta, senso crítico e atitude investigativa.

O trabalho com projetos possibilita a integração das áreas do conhecimento evitando fragmentação. Propõe desafios, desperta a curiosidade e permite à criança

confrontar suas hipóteses com o conhecimento historicamente constituído, caminhando assim, gradativamente, para a construção de conceitos científicos. Permite um trabalho amplo e flexível aumentando significativamente o repertório infantil o que possibilita a construção de novos conhecimentos. Gera possibilidades de uma aprendizagem significativa e contextualizada.

2.2 Literatura Infantil

A literatura infantil contribui para o crescimento emocional, cognitivo e para a identificação pessoal da criança, propiciando ao aluno, a percepção de diferentes resoluções de problemas, despertando a criatividade, a autonomia, a criticidade, que são elementos necessários na formação da criança de nossa sociedade atual.

As situações de interação, contato e manuseio de diferentes materiais escritos são importantes para a aprendizagem da leitura e da escrita. Mas, será ainda mais enriquecedor se este manuseio e contato forem através de histórias de literatura infantil, pois os desenhos maravilhosos e os enredos instigantes que se encontram explícitos nos livros são como uma chamada, um convite que fascina a criança, proporcionando-lhe imenso prazer e interesse.

2.3 Brincadeiras

Soubéssemos nós adultos preservar o brilho e o frescor da brincadeira infantil, teríamos uma humanidade plena de amor e fraternidade. Resta-nos, então, aprender com as crianças. (DEHEINZELIN, 2008)

O brinquedo e a brincadeira traduzem o mundo para a realidade infantil. Brincando a criança suaviza o impacto provocado pelo tamanho e pela força dos adultos e do mundo que ainda desconhece diminuindo, assim seu sentimento de impotência e entendendo a realidade que a rodeia. Brincando, sua inteligência, sensibilidade, habilidades, a motricidade, a mente e a criatividade estão sendo desenvolvidas, além de aprender a socializar-se com outras crianças e com os adultos.

Devemos oferecer às crianças momentos que possibilitem a ela elaborar o mundo em que estão inseridas. Com isso, garantimos que suas potencialidades e sua afetividade se harmonizem.

2.4 O trabalho pessoal

O trabalho pessoal é um período dentro do horário escolar, que acontece diariamente, em que as crianças têm ao seu dispor uma série de atividades diversificadas que vão desde as gráficas até as lúdicas e que buscam o desenvolvimento de inúmeras habilidades nas várias áreas do conhecimento.

Esse momento tem como objetivo despertar na criança sua independência, responsabilidade e liberdade, ao propor a escolha livre dos trabalhos expostos nas prateleiras.

O professor deve intervir para orientar seus alunos, individualmente, e aproveitar a oportunidade para dar uma atenção especial, a cada um, permitindo assim, que o ritmo pessoal e o estágio do conhecimento sejam respeitados e estimulados para que atinjam novas conquistas.

O trabalho pessoal leva também à autonomia e organização, já que todos os alunos sabem que independente da ordem em que os trabalhos estão expostos eles podem escolher quais farão primeiro, se farão sozinhos, ou em grupos.

2.5 Interação

No processo de construção do conhecimento a interação entre as crianças da educação infantil é um momento muito importante, pois gera cooperação, socialização, conflitos, discussão de hipóteses, desenvolvendo as capacidades de ouvir o outro, falar, refletir, questionar e argumentar.

Aprende-se na interação com o outro e na riqueza das trocas, o que na educação infantil, estimula os alunos a avançarem cada vez mais no enriquecimento de um repertório que levará à elaboração de novos conhecimentos.

2.6 Letramento e alfabetização

Letramento é o grande objetivo no trabalho de linguagem oral e escrita, o que significa que os alunos sejam preparados para ler, escrever, interpretar, extrapolar textos e fazer uso deles em suas práticas sociais, dentro e fora da escola.

Alfabetização é ensinar a ler e a escrever, fazer com que o indivíduo seja capaz de ler e escrever. Alfabetização é a ação de alfabetizar.

Letramento é o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita e leitura e de suas práticas sociais.

É importante que todo educador siga as competências de ensinar que lhe são atribuídas, com isso, enquanto cidadão certamente nossas crianças terão uma visão mais social do mundo do que esperamos.

CAPÍTULO III A IMPORTÂNCIA E A INFLUÊNCIA DO GESTOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil nas escolas tem o objetivo de promover o desenvolvimento íntegro da criança (físico, psicológico, intelectual e social). A LDB rege que toda criança que completar cinco anos até trinta e um de março tem o direito de iniciar os seus estudos, portanto é obrigação de suas federações (municipal e estadual) proporcionarem à sociedade o direito de todos à escola.

A estrutura do currículo da educação infantil é basicamente a formação pessoal e social da criança e o seu conhecimento de mundo. O professor avalia o seu aluno mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento no decorrer do ano letivo e o objetivo não é promover ou não o mesmo e sim identificar pontos essenciais para a vida escolar da criança como: identidade e autonomia, movimentos, artes visuais, música, linguagem oral e escrita, natureza e sociedade e matemática, etc.

O ambiente escolar mais desejável é aquele que promove o desenvolvimento da criança de maneira segura e eficiente, proporcionando a descoberta sobre o espaço, os objetos, os colegas e sobre si mesmos, sempre atento ao social, moral, afetiva e intelectual dela.

Diante dessas constatações o Gestor Escolar tem o papel importante no desenvolvimento de sua escola tanto na parte administrativa, quanto na pedagógica. Não existe um pedagógico eficiente sem uma administração competente. Um professor satisfeito resulta em alunos interessados o que torna a proficiência da escola satisfatória.

O princípio fundamental do Gestor Escolar da Educação Infantil é a democracia. Um gestor democrático é capaz de aprimorar a qualidade educacional desenvolvendo estratégias diversas e eficazes sempre visando o ensino e a aprendizagem dos alunos desde os seus primeiros anos de vida escolar.

Quando o gestor compartilha com toda a comunidade escolar (funcionários, alunos, pais e responsáveis) as decisões e quando o mesmo está disposto a ouvir de forma democrática a opinião de cada um, o gestor torna a escola um ambiente favorável ao desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.

3.1 Educação Infantil, prioridade imprescindível

De acordo com Antunes (2004), no que se refere à Educação Infantil, ele afirma que a Educação Infantil Prioridade Imprescindível. Além da coragem e da ousadia que possui o ser humano é a única espécie a criar crenças como se fosse portador de um cérebro que não aceita explicações ilógicas, inventando respostas que progressivamente são mudadas. O homem é a única espécie que desenvolveu a habilidade de fazer de todos os seus sentidos ferramentas de aprendizagem. Aprende-se quando ouve, fala e também pelos sentidos, justamente por isso aprendemos. O ser humano tem sentidos que se desafiam entre si que a aprendizagem seja mais ampla e eficiente.

Antunes (2004), afirma que muitas pessoas ainda vêem na criança um adulto pequeno, que aguarda para assumir competências. Para essas pessoas, todas as crianças necessitam demorar a aprender para aprender como se espera. Assim pensam, afastam a criança do mundo em que vive e da cultura na qual se encontra inserida. Os que assim crêem defendem uma educação infantil mais ou menos como a educação de adultos, só que “extremamente simplificada”, uma maneira de falar com a criança semelhante aquela que se usa com cachorrinhos e a indiferença e o desrespeito pelo que a criança sabe. Essa concepção de ensino baseia-se no pressuposto de que a cabecinha do aluno é como um copo vazio que necessita de informações, que, despejadas gotinha a gotinha, um dia deverão enchê-lo.

Nessa visão de escola, existe uma rígida diferenciação entre o momento de brincar e o de aprender, e o pensamento da criança não deve ser explorado senão

para obedecer a regras. Regras muitas vezes transmitidas com voz doce e ternura, mas que por estarem definitivamente prontas, acabam com a necessidade de questionar-se sobre elas. A escola que está nessas bases apoiada se inspira na “prontidão” e, como se espera por ela, aguarda-se o momento oportuno para que a criança possa ser alfabetizada e saiba fazer continhas. A infância existe apenas como fase de espera e, por isso, as crianças torcem para que ela transcorra rapidamente e para que, libertas dela, possam finalmente viver. Se os professores que assim pensam acreditassem apenas que a lei da gravidade não existe, eles seriam criaturas culturalmente inúteis. Mas como, além de pensar, eles agem, sua ação mostra-se pernicioso para as esperanças de educação (Referencia Curricular Nacional para Educação Infantil).

Cresce o número de verdadeiros educadores infantis, que fundamentam a concepção de criança como ser social e histórico e que necessita da educação para transformar os saberes de sua experiência em conhecimentos essenciais para o uso de seus direitos, entre eles, o direito à liberdade de crescer. Os professores que se identificam com essa proposta de ensino organizam e planejam suas ações com base nos jogos e nas brincadeiras e levam a criança a pensar e descobrir a singularidade de ser e estar no mundo e de usar múltiplas linguagens para expressar essa admirável descoberta. São mestres atentos à curiosidade infantil e à imensa vontade da criança de conhecer o mundo; por isso, organizam projetos que envolvem temas associados à natureza, cultura, beleza, bondade e verdade. Eles sabem que sua forma de agir jamais está pronta, mas requer busca permanente, caminho que, a todo momento, percorre-se novamente. Porque existem professores assim, há esperança de que o amanhã será melhor e de que não demorarão a chegar os tempos em que todos os pais saberão distinguir um e outro professor e compreender que a educação infantil é tudo, e o resto, quase nada.

Antunes (2004), diz que muitas vezes, ele, como educador e estudioso é procurado por pais solicitando recomendações sobre uma escola de Educação Infantil “ideal” para seus filhos.

E responde que perguntas dessa natureza não abrigam respostas extremamente específicas, que a melhor escola para esta ou aquela criança depende de muitos fatores, a começar pela localização da escola em relação a casa, pois a criança não merece o martírio de um grande deslocamento, o que a família

quer proporcionar a criança em termos de educação, leiga ou religiosa, privilegiando a amplitude de competência e linguagens ou o apego cognitivo, pública ou particular e ainda outras, muitas outras referências _____, os recursos materiais da escola e sua eficiente utilização e, sobretudo, o esmero com que são preparados os seus professores e outros funcionários.

Essa resposta não satisfaz, até pedir que visitem diversas escolas, pesquisem entre amigos, vejam a prática docente, a didática, e depois de muitas pesquisas decidam.

Sugere que se fuja de escolas que conservem em seus ideais pedagógicos os quatro pavorosos instrumentos medievais de tortura infantil, infelizmente ainda resistente e muito disfarçado: o verbalismo, que se inspira na concepção de que o aluno aprende ouvindo seu professor e que sua mente é um copinho vazio que necessita de informações para aferir aprendizagens; o castigo, representado pelo sucesso de alguns que a outros são comparados e expresso por notas altas e notas baixas, lições suplementares aos que não realizaram determinadas tarefas ou estrelinhas premiadas a outros que conseguiram sucesso competitivo simboliza estratégias circense, boa para adestramento de ursos, mas terrível para a diversidade e grandeza da essência humana e auto-estima que dignifica toda criança; o uso de uma aprendizagem inspirada em reflexos condicionados que se manifesta através de estratégias de ensino que adestram e mostram que afinal de contas “água mole em pedra dura tanto bate até que fura”. Apoiadas nessa visão, que o tempo mostrou grotesca, muitas escolas ainda utilizam sistemas de ensino que fazem do pensamento um músculo, cobrando-lhe eficiência pelos caminhos do treino e a paleolítica concepção de que a criança é um adulto pequeno, desmontada por Piaget e seguidores e que pregava que toda criança é um homenzinho sem individualidade, anseios e vontades cuja única razão de existir é esperar para crescer.

Procure uma escola que, com base na ação intermediadora de professores apaixonados, os alunos sintam gula e vontade de resolver problemas, organizar seu tempo e se auto-avaliar. (ANTUNES, 2004).

Muito do que não se ensina hoje e mesmo assim, aprende-se seria mais bem aprendido se devidamente ensinado por um profissional atento, observador e, sobretudo, eficiente e competente.

É possível treinar o pensamento, as memórias e a atenção da mesma maneira que se treina a criatividade e a sensibilidade para diferenciar o simples “olhar” do abrangente “ver”. Ensinar não é apenas transformar informações em conhecimento, mas aguçar a sensibilidade para o som, a acuidade para o tato, libertar o olfato.

Não deixe de levar a seus alunos o que, por desconhecimento ou descaso, a vida lhe faltou. Ninguém precisa nos ensinar a correr, mas alguém com essa meta por certo vai nos levar aonde sozinho jamais chegaríamos.

3.2 A responsabilidade do gestor na Educação Infantil

A concepção de criança é uma noção construída e conseqüentemente vem mudando ao longo dos tempos, assim é possível, por exemplo, em uma mesma cidade existam diferentes maneiras de se considerar as crianças pequenas dependendo da classe social ao qual pertencem, do grupo étnico do qual fazem parte.

De acordo com Referência Curricular Nacional para a Educação Infantil, a criança como todo o ser humano é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, como uma determinada cultura, em um determinado momento histórico.

É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca.

As crianças possuem uma natureza singular, que as caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio, elas revelam seus esforços para compreender o mundo em que vivem, as relações contraditórias e presenciadas e, por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos.

Nessa perspectiva as crianças constroem o conhecimento e se desenvolvem a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem. O conhecimento não se constitui em cópia da realidade, mas sim, fruto de um

intenso trabalho de criação, significação e resignação *“Uma criança aprende o que vive e se torna o que experimenta”*. (VINHA, 1996, p. 6)

De acordo com Zabala (2007, p. 28) a capacidade de uma pessoa para se relacionar depende das experiências que vivem, e as instituições educacionais são um dos lugares preferências nesta época, para se estabelecer vínculos e relações que condicionam e definem as próprias concepções pessoais sobre si mesmo e sobre os demais. A posição dos adultos frente à vida e as imagens que oferecemos aos mais jovens, a forma de estabelecer as comunicações na aula, o tipo de regras de jogos e de convivência incidem em todas as capacidades da pessoa.

O gestor tem o papel na instituição de Educação Infantil de oferecer às crianças condições para a aprendizagens que ocorrem nas brincadeiras e aquelas adivinhas de situações pedagógicas intencionais orientadas pelos adultos.

É importante ressaltar, porém, que essas aprendizagens, de natureza diversa, ocorrem de maneira integrada no processo de desenvolvimento infantil.

Educar significa, portanto, no entendimento do Referencial Curricular Nacional, propiciar situações, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

Diante do exposto pode-se entender a importância da educação infantil na construção e formação da personalidade e moral da criança, por sua vez, a responsabilidade do gestor frente a esses dois grandes desafios.

É sempre válido lembrar que o objetivo do educador não é o de garantir a felicidade em tempo integral ou a satisfação das voluntariedades das crianças, mas sem o de educar favoravelmente, possibilitando um ambiente sócio moral adequado.

O gestor deve criar um ambiente educacional democrático com direitos e deveres.

As regras são necessárias para o convívio social, ninguém é livre para fazer o que quer.

Desde cedo a criança precisa ir aprendendo as normas de convivência: ser educado, saber como comportar-se nas diferentes situações usar expressões de cortesia, saber aguardar a sua vez, não bater ou agredir, enfim, tratar os outros como gostaria de ser tratado. (VINHA, 1996)

De acordo com Araújo (2001), as condições ideais para a criança libertar-se do egocentrismo dependem de relações democráticas baseadas na cooperação, no respeito mútuo e na reciprocidade que estabelecem entre si crianças e adultos.

Isto é, se a criança conviver num ambiente cooperativo e democrático na escola e concomitantemente em casa, que solicite trocas sociais por reciprocidade, no qual seja respeitada pelo adulto e participe ativamente dos processos de tomada de decisões, por hipótese, ela tenderá a desenvolver a autonomia moral e intelectual e poderá atingir níveis de moralidade mais autônomos.

Para Vinha (1996), autonomia não é o mesmo que individualismo, ou liberdade para fazer o que quer, significa coordenar os diferentes fatores relevantes, para decidir, agir da melhor maneira para todos os envolvidos, levando em consideração, ao tomar decisões, os direitos, o ponto de vista do outro.

Não se pode haver moralidade quando se considera apenas o próprio ponto de vista. Quando se considera apenas o próprio ponto de vista. Quando uma pessoa leva em consideração os pontos de vista das outras, não está mais livre para mentir, quebrar promessas e ser leviano. (KAMII, 1991)

O comportamento mais ou menos autônomo, as características de sua personalidade, estão relacionados com suas experiências, a interação realizada com os diversos ambientes em que viveu.

O mesmo se dá com o respeito ao próximo. Mais do que simplesmente ouvir, a criança precisa vivenciar isso, primeiramente sendo tratada com respeito, isto é, perceber que suas idéias, sentimentos e opiniões são consideradas, mas que também é importante levar os sentimentos e idéias dos outros em consideração, Isto é democracia. O exemplo é fundamental nesse processo.

3.3 A Formação Continuada

Quanto aos incentivos à formação, a maioria dos municípios afirma o investimento para ampliar a Formação Inicial de seus professores, especialmente para o quadro do magistério (professores, pedagogos, coordenadores e diretores) com incentivos, que podem focar o reconhecimento após a formação com a progressão no plano de cargos e salários. Na Educação Infantil as proposições para a formação continuada reconhecem a necessidade de que esse direito se amplie dos professores para todos os profissionais que atuam com as crianças.

No desenvolvimento do campo da formação vemos fortalecer a idéia de que os professores constroem seu próprio conhecimento quando submergem num diálogo com a situação e com os pressupostos que orientam sua ação no cenário concreto do fazer docente promovendo um destaque para o desenvolvimento de processos de formação continuada que reconhecem que eles *“encontram-se perante uma atividade constante de produção e de invenção”* (NÓVOA, 2002, p.36-37).

Em função da diversidade de papéis e objetivos que a formação continuada é chamada a desempenhar, diante disso Nóvoa (2002) destaca a necessidade de flexibilidade assegurando margens de manobra aos atores envolvidos: aos professores e às instituições de formação, etc. Nas diferentes formas de compreender e implementar os processos de formação, também é importante não desconsiderar a constatação de que algumas iniciativas. *“São nitidamente, tentativas ou formas de viabilizar reformas educacionais em curso e de adaptar e conformar os professores às políticas neoliberais.”* (LIMA, 2005, P.20).

A partir do pensamento de Freire (2002), a formação continuada é concebida como um processo contínuo e permanente de desenvolvimento profissional do professor, onde a formação inicial e continuada é concebida de forma interarticulada, em que a primeira corresponde ao período de aprendizado nas instituições formadoras e a segunda diz respeito à aprendizagem dos professores que estejam no exercício da profissão, mediante ações dentro e fora das escolas, denominado pelo Ministério da Educação (MEC), de formação permanente (SEE, 1999).

Nesta concepção, a formação continuada de professores, deve incentivar a apropriação dos saberes pelos professores, rumo à autonomia, e levar a uma prática crítico-reflexivo, abrangendo a vida cotidiana da escola e os saberes derivados da experiência docente.

Desta maneira, o espaço de formação do professor será a escola e o conteúdo dessa formação a sua prática educativa. O professor reflexivo será *“um investigador da sala de aula, formula suas estratégias e reconstrói a sua ação pedagógica”* (ALMEIDA, 2002, P.28), pois como afirma Silva (2002), a prática transforma-se em fonte de investigação, de experimentação e de indicação de conteúdo para a formação.

Isso significa que o processo formativo deverá propor situações que possibilitem a troca dos saberes entre os professores, através de projetos articulados de reflexão conjunta. Para tanto, são indicados como metodologia para a formação, os seguintes dispositivos: o estudo compartilhado; o planejamento e o desenvolvimento de ações conjuntas; estratégias de reflexão da prática; análise de situações didáticas; entre outros.

Desta forma a teoria cognitivista, no campo da formação continuada de professores, salienta a necessidade de desenvolver capacidades metacognitivas e de fomentar a capacidade de aprender a aprender.

Freire (2002) afirma: *“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”*.

Para o professor Rêmond (1987), não acabamos nunca de nos tornar professores, pois ser professor não é um estado acabado como de um “engenheiro ou de um prefeito”. O estado de inacabamento, de incompletude, de (re) construção permanente da identidade profissional docente requer o repensar do processo de formação docente.

As investigações da área demonstram que o processo de formação do professor, constitutivo do tornar-se professor, não se constrói apenas nos cursos freqüentados em escolas e universidades, durante determinados períodos da vida. Trata-se de construção cotidiana, uma experiência de lutas, desafios, decepções e vitórias.

Os sujeitos constroem seus saberes permanentemente, no decorrer de suas vidas. Esses processos dependem e se alimenta de modelos e espaços educativos, mas não se deixa controlar. Ele é dinâmico, ativo e se constrói no movimento entre o saber trazido do exterior e o conhecimento ligado à experiência. Ele é histórico; não se dá deslocado da realidade sociocultural.

Os ambientes socioculturais nos quais somos criados são obviamente ingredientes chave da pessoa que somos do nosso sentido do eu. E de acordo com o quanto investimos o nosso eu no nosso ensino, na nossa experiência e no nosso ambiente sociocultural, concebemos a nossa prática.

A origem sociocultural, a classe social são apenas aspectos, como o são o sexo ou a etnia, enquanto o ambiente e as experiências de vida são únicos e fundamentais na dinâmica da prática educacional. (GOODSON, 1992)

Os contextos históricos vividos pelos docentes em formação, em diferentes épocas, marcam os processos formativos, revelam dimensões das lutas pela sobrevivência e embates políticos vividos no cotidiano. Não são incomuns gestores de escolas planejarem atividades de formação continuada sem levar em conta as necessidades, as experiências dos professores e da escola.

A prática profissional e a construção dos saberes docentes, nessa perspectiva, passam a ser entendidas como campo de relações, de investigação e não mais como campo de aplicação. As práticas passam a ser vistas relacionadas aos saberes, ao processo de construção identitária do professor.

É no tecido da experiência, nas relações sociais e de poder que os sujeitos históricos, professores, formadores, gestores, investigadores- produzem suas maneiras de ser e viver.

3.4 Liderança

De acordo com Chiavenato (2000), para fazer uma empresa ou um departamento produzir resultados, o administrador deve desempenhar funções ativadoras tais como, liderança e motivação. Pensando, o administrador precisa conhecer a motivação humana e saber conduzir as pessoas, isto é, liderar.

Bons líderes fazem as pessoas sentir que elas estão no centro das coisas, e não na periferia. Cada um sente que ele ou ela faz a diferença para o sucesso da organização. Quando isso acontece, as pessoas se sentem centradas e isso dá sentido ao seu trabalho. (BENNIS, 1997 *apud* blog, 2007)

Cumpra salientar que a definição de liderança envolve duas dimensões. A primeira é a capacidade presumida de motivar as pessoas a fazerem aquilo que precisa ser feito. A segunda, todavia, é a tendência dos seguidores de seguirem aqueles que eles percebem como instrumentais para satisfazerem os seus próprios objetivos pessoais e necessidades.

Cada um pode, dentro de certa medida, modificar as suas perspectivas com a aquisição de novos conhecimentos atitudes e aptidões.

Existem três estilos de lideranças que foram examinados por Lewin.

A liderança autocrática é o modelo no qual o líder fixa as diretrizes, sem qualquer participação do grupo. *"O líder é duro e impositivo."* (CHIAVENATO, 2000 p.316). É ele também quem estabelece, uma a uma e de modo imprevisível, as providências e as técnicas necessárias para a execução das tarefas, além de determinar aquela que cada um deve executar e quem será o companheiro de trabalho.

A liderança liberal consiste em o líder deixar todos à vontade. Há liberdade total para as decisões grupais ou individuais, com participação mínima do líder. Ele em questão não faz nenhuma tentativa de avaliar ou de regular o curso dos acontecimentos, limitando-se a comentários eventuais sobre a atividade cumprida, quando perguntado.

Na liderança democrática o líder é atuante, consultivo e orientador. As diretrizes são debatidas e decididas pelo grupo, que é estimulado e assistido pelo líder. *"Afinal a função da liderança é produzir mais líderes, não mais seguidores"* (NADER, 2001 apud Frases). O líder procura igualar-se ao grupo, embora a realização das tarefas seja de competência dos subordinados tem a característica de ser objetivo, limitando-se aos fatos em suas críticas ou elogios.

3.5 Gestão democrática da educação

A gestão democrática da educação é um princípio consagrado pela Constituição Federal de 1988, e abrange as dimensões pedagógicas, administrativa e financeira das unidades educacionais.

Segundo Veiga (2000), a gestão democrática prevê a descentralização e um processo de autonomia para as escolas poderem decidir questões referentes ao seu plano pedagógico, material que quer utilizar e como administrar recursos financeiros, além de transferir parte da responsabilidade sobre a administração, socialização todas as decisões referentes à melhoria das escolas.

Ela é por tanto, um fazer prático participativo, pois há transformações dos sujeitos envolvidos.

Daí para uma proposta se autodenominar de revolucionária deve não apenas abalar as estruturas concretas da organização, mas atuar com e para as pessoas, porque são elas e para elas que a organização existe.

Como ilustra Luck (2006), a gestão não deprecia a administração, mas supera as limitações de enfoque decotomizado, simplificado e reduzido, para atender as exigências de uma realidade cada vez mais complexa e dinâmica.

Se a verdadeira democracia caracteriza-se, dentre outras coisas, pela participação ativa dos cidadãos na vida pública, considerados não apenas como “titulares de direito”, mas também como “criadores de novos direitos”, é preciso que a educação se preocupe com dotar-lhes das capacidades culturais exigidas para exercerem essas atribuições, justificando-se portanto a necessidade de a escola pública cuidar, de forma planejada e não apenas difusa, de uma autêntica formação do democrata. (PARO, 2000)

Dirigir uma escola era considerada há bem pouco tempo uma tarefa rotineira onde cabia ao diretor zelar pelo bom funcionamento da escola. Atualmente, essa situação mudou. A partir de 1980 o paradigma do autoritarismo passou a ser duramente criticado.

As grandes e contínuas transformações sociais, científicas e tecnológicas passaram a exigir um novo modelo de escola e conseqüentemente, um novo perfil de dirigente, com formação e conhecimento específicos para o cargo e a função de diretor gestor.

Dessa forma a gestão democrática surge para fixar novas idéias e estabelecer na instituição uma orientação transformadora conforme sustenta a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 206, inciso VI e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 em seu artigo 14.

Significa usar o espaço escolar como um recurso de Educação para todos, na perspectiva do “aprender a viver juntos”, de tal forma que os espaços públicos e particulares possam ser respeitados, de modo ativo, ou seja, no sentido de agir a favor de um modo mais satisfatório de vida para todos

“A gestão democrática é condicionante imprescindível da qualidade.”
(GADOTTI, 1994)

Faz-se necessário, por sua vez, que a comunidade, os usuários da escola sejam os seus dirigentes e gestores.

Na gestão democrática, pais, alunos, professores e funcionários assumem sua parte de responsabilidade pelo projeto da escola.

Uma escola é o que são os seus gestores, os seus educadores, os pais, estudantes e a comunidade. A “cara da escola” decorre da ação conjunta de todos esses elementos. (LUCKESI, 2007)

Uma gestão democrática precisa da participação ativa da comunidade escolar, no momento de partilhar o poder e tomar uma decisão. Implica a efetivação de novos processos de organização e gestão baseados em uma dinâmica que favoreça os processos coletivos e participativos de decisão.

A função primordial do gestor escolar, baseada na liderança e competência, é manter a escola em atividades harmoniosas, participativas e produtivas, delegando, acompanhando e exigindo tarefas com autenticidade e ponderação, transformando o discurso em ação.” Assim como a essência da gestão é fazer a instituição operar com eficiência, a eficácia da gestão depende, em grande parte do exercício da liderança”. (ANDRADE,2004)

A Lei de Diretrizes e Bases redirecionou as formas de organização e gestão. A esse respeito à lei estabelece o princípio da gestão democrática, ou seja, a necessidade de que a gestão das escolas se efetive por meio de processos coletivos envolvendo a participação da comunidade local e escolar. Assim, por gestão democrática entendemos a garantia de mecanismos e descentralização do poder ocorram.

Desse modo, a Lei de Diretrizes e Bases ao encaminhar para os sistema de ensino as normas para a gestão democrática, indica dois instrumentos fundamentais: a elaboração de Projeto Político Pedagógico da escola e a

participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

3.6 Conselho Escolar

“Nos dizeres de Gadotti (2000), a participação e a democratização num sistema público de ensino é uma forma prática de formação para a cidadania que por sua vez, é um dos pressupostos da gestão democrática”. Essa formação se adquire na participação no processo de tomada de decisões. A criação dos conselhos de escola representa uma parte desse processo.

É fundamental para que haja uma gestão democrática na escola a existência de espaços propícios para que novas relações sociais entre os diversos segmentos escolares possam acontecer.

Para Bobbio (2000), quando se quer saber se houve um desenvolvimento da democracia num dado país, o certo é procurar saber se aumentou não o número dos que têm direito de participar das decisões que lhe dizem respeito, mas os espaços nos quais podem exercer esse direito.

Assim, o Conselho Escolar constitui um desses espaços, juntamente com o Conselho de Classe, o Grêmio Estudantil, a Associação de Pais e Mestres, entre tantos outros possíveis.

Ocorre que o conselho escolar possui uma característica própria que lhe dá dimensão fundamental: ele se constitui uma forma colegiada de gestão democrática.

Assim, a gestão deixa de ser o exercício de uma só pessoa e passa a ser uma gestão colegiada, na qual os segmentos escolares e a comunidade local se congregam para, juntos, constituírem uma educação de qualidade e socialmente relevante.

O papel do conselho escolar é o de ser órgão consultivo, deliberativo e de mobilização mais importante do processo de gestão democrática, não como instrumento de controle externo, como eventualmente ocorre, mas como um parceiro de todas as atividades que se desenvolvem no interior da escola.

Os conselhos escolares são órgãos colegiados que representam as comunidades escolares e locais, atuando em sintonia com a administração da escola e definindo caminhos para tomar decisões administrativas, financeiras e político-pedagógicas condizentes com as necessidades e potencialidades da escola.

A composição, funções, responsabilidades e funcionamento dos conselhos escolares devem ser estabelecidos pelos sistemas de ensino e pela própria escola, a partir de sua realidade concreta e garantindo sua natureza essencialmente político-pedagógica.

É política, na medida em que estabelece as transformações desejáveis na prática educativa escolar. E é pedagógica, pois estabelece os mecanismos necessários para essa transformação realmente aconteça.

É importante salientar que todas as pessoas ligadas à escola podem se fazer representar e decidir sobre aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos, tornando este colegiado não só um canal de participação, mas também um instrumento de gestão da própria escola.

O regimento de cada escola determina as atribuições o funcionamento e a composição dos conselhos de escola, cada conselho pode se achar necessário elaborar um regimento interno estabelecendo normas relativas à convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias, à eleição de seus membros etc.

É no conselho que os problemas da gestão escolar devem ser discutidos e é nele que as reivindicações educativas serão analisadas para, se for o caso e dependendo dos encaminhamento e da votação em plenário, serem aprovados e remetidas para o corpo diretivo da escola que se encarregará de colocá-las em prática.
(GADOTTI, 2000)

Nesse acompanhamento co-responsável, o conselho escolar participa da elaboração do projeto político-pedagógico e acompanha o desenrolar das ações da escola num processo permanente de acompanhamento e avaliação. Esses momentos de avaliação servem como diagnóstico, ou seja, como apresentação da realidade que, por sua vez, indica quais aspectos podem ser mantidos, quais os que devem ser revistos na prática cotidiana da escola e quais novos procedimentos precisam ser propostos.

3.7 Projeto Político Pedagógico

Assim como o conselho escolar, o Projeto Político Pedagógico também tem leis para assegurá-lo. Na LDB (1996), o Artigo 12 dispõe: “Os estabelecimentos de ensino (...) terão incumbência de: (inciso I:) elaborar e executar sua proposta pedagógica” também no Artigo 13 das incumbências dos docentes, o inciso I lê:” participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino”, e o inciso II lê:” elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino” Percebe-se, porém, que a palavra “político” é descartada, como se qualquer Projeto Político Pedagógico não tivesse uma ideologia e concepção que o cerceiam. Dessa forma a lei assegura que se faça um Projeto Pedagógico da escola, mas deixa aberto para que se faça um documento somente técnico, sem a devida discussão, que muitas vezes é feito só para cumprir a lei, tornando-se assim um instrumento meramente burocrático e bem longe da realidade esperada.

Para que se tenha êxito em fazer um Projeto Político Pedagógico, com a participação da comunidade, e para que sua implantação esteja presente na realidade escolar, algumas características são fundamentais:

Comunicação eficiente: Um projeto deve ser factível e seu enunciado facilmente compreendido.

Adesão voluntária e consciente ao projeto: todos precisam estar envolvidos. A co-responsabilidade é um fator decisivo no êxito de um projeto.

Suporte institucional e financeiro: tem que ter vontade política, pleno conhecimento de todos e recursos financeiros claramente definidos.

Controle, acompanhamento e avaliação do projeto: Um projeto que não pressupõe constante avaliação não consegue saber se seus objetivos estão sendo atingidos.

Credibilidade: As idéias podem ser boas, mas, se os que as defendem não têm prestígio, comprovada competência e legitimidade, o projeto pode ficar, bem limitado.

Para Veiga, o Projeto Político Pedagógico, carregando o caráter de projeto de sua origem etimológica latina (*projectu*), cumpre a função de dar um rumo, uma direção à instituição. Aliamo-nos a essa autora, quando destacar o caráter político e o caráter pedagógico deste documento.

“A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica”. (SAVIANI, 1983)

Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, comprometido, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

Nesse sentido, o objetivo principal da elaboração deste documento por uma instituição educativa não está ligado apenas às exigências legais ou dos aspectos relacionados ao cumprimento de sua formalização textual, mas, sim, à qualidade conseguida ao longo do processo de sua elaboração, uma vez que o Projeto Político Pedagógico somente se constituirá em referência para as ações educativas se os sujeitos da comunidade escolar se reconhecem nele, para referendá-lo como tal.

CONCLUSÃO

A escola infantil interage com a sociedade de uma maneira direta, pois a família, além da preocupação com os cuidados com seus filhos, também participativamente, investe formação, acreditando que esta etapa é base para seu desenvolvimento. A elaboração do Projeto Político Pedagógico em uma escola de educação infantil deve ter como meta a inovação emancipatória que se constituirá em tempo e espaço de forma a proporcionar o desenvolvimento da criança.

Nossa preocupação, longe de terminar, tende a focalizar o momento atual da Escola Infantil, sua ação educativa, suas bases e princípios, visto que não podemos perder de vista a realidade em que vivemos.

Para tanto, o paradigma de Gestão de Escolas Infantis que mais condiz com as nossas percepções é a democrática, na qual, acreditamos, a participação é elemento central, pois se sucede a partir da construção coletiva da organização da escola, do ensino e da vida; participação que se faz na prática, quando tomadas as decisões sobre o Projeto Político Pedagógico, suas finalidades e objetivos.

Acreditamos que a elaboração e a implantação do Projeto Político Pedagógico numa escola de Educação Infantil devem ter como meta a inovação emancipatória que se constituirá em tempo e espaço que “crie momentos favoráveis ao alcance das mudanças desejadas” (Padilha, 2003), em cada escola.

Tendo como referência as idéias dos pensadores estudados, fiz uso desses procedimentos que me permitiram assim enfrentar os desafios do processo educacional de forma reflexiva consciente, sistematizada e organizacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, E.R. de S. A formação dos professores das classes especiais para o uso do computador na sala de aula. Recife: UFPE, Projeto de dissertação do mestrado em Educação, 2002.

ANDRADE, Rosamaria Calaes de. A gestão da escola. Porto Alegre: Artmed, 2004. (coleção escola em ação).

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido, Rio de Janeiro: Paz e Terra, Freire, 2002.

FREIRE, Paulo. Educação como prática para liberdade, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GADOTTI, Moacir. Autonomia da Escola: princípios e propostas. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000. (guia da escola cidadã, 1).

GOODSON, I. Dar voz ao professor: as histórias de vida dos professores e o seu desenvolvimento profissional. In: Nóvoa, A (org.) Vidas de professores. Porto: Porto Editora, 1992. pp.51-77.

KAMI, Constance. A autonomia como finalidade da educação: implicações a teoria de Piaget. Campinas: Papirus, 1991.

LIMA, M. E. C. De C. Sentidos do trabalho: a educação continuada de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

LUCK, Heloisa. Gestão educacional: uma questão paradigmática.V.1. Petrópolis: Vozes, 2006.

LUCKESI, Carlos Cipriano. Gestão democrática da escola, ética e sala de aula. ABC Educativo, n.64. São Paulo; Criarp, 2007. NOVOA, A. Formação de Professores e trabalho pedagógico. Lisboa: Educa, 2002.

NOVOA, A. Relação escola-sociedade: novas respostas para um velho problema. In: SERBINO, R.V. Et al. (orgs). Formação de professores. São Paulo: UNESP, 1998, p. 19-40.

PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: introdução crítica. São Paulo: Autores Associados, 2000.

RÉMOND, R. O contemporâneo do contemporâneo. In: CHAUNU, P. Ensaio de ego-história. Lisboa: Edições 70, 1987.

REVISTA NOVA ESCOLA. São Paulo: Fundação Victor Civita – pág 56-57-

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1983.

REVISTA PÁTIO. Porto Alegre: Grupo Conhecimento que transforma – outubro/dezembro, 2010 – Ano VIII – Mensal.

SILVA, J.B. da. As representações sociais dos professores em classes multisseriadas sobre a formação continuada. Recife: UFPE, Dissertação de mestrado em Educação, 2002.

TARDIF, M. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, ANEPEd, n. 13, jan. – abril/ 2000, pp.5-24.

VEIGA, ILMA P. A. (org.). Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1996.

VEIGA, ILMA Passos Alencastro. Inovações e Projeto Político Pedagógico: uma relação regulatório ou emancipatória? Caderno cedes, Campinas: Papirus/cedes V. 23, n. 61, p.267-281, dez, 2003.

VINHA, Telma Pileggi. Valores morais em construção. Belo Horizonte: Amae, 1996.

ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ANEXOS

ANEXO A

METODOLOGIA DA PESQUISA

Os relatos a seguir referem-se a uma pesquisa que buscou descrever e analisar a opinião de vários profissionais da área sobre a importância da formação continuada dos professores que atuam na Educação Infantil na rede pública e particular de ensino.

A prática profissional e a construção dos saberes docentes, nessa perspectiva, passam a ser entendidas como campo de relações e de investigações, e não mais como campo de aplicação. As práticas passam a ser vistas relacionadas aos saberes, ao processo de construção identitária do professor.

A pesquisa evidencia o desafio de pensar a configuração do trabalho docente, relacionado à necessidade de que os professores atuem sempre em parceria com outros profissionais na proposição da integração das ações vinculadas ao educar e cuidar.

Parece que estamos vivenciando um esgarçamento do campo docente incluindo outros profissionais de modo a configurar um “campo de trabalho pedagógico” com diferentes profissionais que atuam diretamente com as crianças.

Esse questionário nos remete ao desafio de reafirmar que a Educação Infantil ocupa um espaço fundamental, tanto no desenvolvimento da criança, quanto para a dinâmica da família e da sociedade e ao desafio de reconhecer a atuação do gestor.

ANEXO B

EDUCAÇÃO INFANTIL

Tipo de Instituição: () Particular () Estadual () Municipal
() Centro Educacional

Função: () Diretor(a)/Coordenador(a) () Professor(a)
() Especialista em Educação/Supervisor(a)

1 – Em sua opinião qual a importância da formação continuada para o professor?

2 – O Plano de Intervenção Pedagógica é fundamental para o desenvolvimento do ensino/aprendizagem da escola, pois, é através dele que estão as necessidades básicas de aprendizagem do aluno. Diante dessa afirmação você conhece o Plano de Intervenção de sua escola? Você acha que ele é devidamente desenvolvido com a equipe pedagógica? Qual a importância dele para a Educação Infantil?

3 – Você concorda que a formação continuada do professor é tão eficiente que faz ele repensar e transformar sua maneira de ensinar para fazer com que todos os alunos aprendam? Opine:

4 – Qual o objetivo da escola infantil?

5 – Como duas instituições – família e escola – podem atuar de forma complementar se não pela via do diálogo, sendo este a expressão de relações democráticas que pressupõem a igualdade de direitos e o respeito às diferenças?

6 – Relate a sua experiência diante do sua função (Diretor(a)/Coordenador(a), Especialista em Educação/Supervisor(a) e Professor(a)), na Educação Infantil:

ANEXO C

CONCLUSÃO

A pesquisa desenvolvida permitiu apresentar opiniões de gestores, supervisores e professores sobre a formação continuada do professor de Educação Infantil, onde todos apoiam e sugerem ideias de como agir e aplicar seus conhecimentos que crescem a cada curso que lhes são oferecidos, pois, não basta fazê-los, tem que integrar no seu cotidiano juntamente a equipe pedagógica.

Outro ponto observado por esta pesquisa, foi qual é o perfil do gestor que trabalha com a Educação Infantil. Ao investigar o assunto constatei que os gestores da Educação Infantil focam mais em desenvolver um trabalho voltado para a supervisão dos problemas educacionais e a necessidade da parceria entre todos os profissionais de forma a desenvolver o ensino e a aprendizagem com eficiência e eficácia.

ANEXO D

COLETA DE DADOS